

# A ditadura militar, expansão do capital e as lutas sociais no sudeste paraense

Célia Regina Congilio\*  
Joyce Cardoso Olímpio Ikeda\*\*

## **Resumo:**

Os governos da Ditadura Militar (1964-1985) não promoveram mudanças apenas na política brasileira. Tal período simbolizou a abertura da Amazônia para o capital internacional e trouxe novas conformações ao sudeste paraense, proximidades do chamado Bico do Papagaio, região que ficou conhecida como palco da Guerrilha do Araguaia. Nota-se que no rastro do massacre à guerrilha, houve uma forte repressão aos movimentos sociais que se espalhavam nesta região na luta pela terra, agravada com a atração de trabalhadores rurais oriundos do nordeste. Neste artigo chamamos atenção para as modificações na estrutura econômica do sudeste paraense que, impulsionadas pelas políticas do governo dos militares, abriram as fronteiras de exploração para o capital internacional.

**Palavras-chave:** Amazônia; capitalismo; Ditadura Militar.

## The military dictatorship, capitalist expansion and social struggles in southeastern Pará

## **Abstract:**

The governments of the Military Dictatorship (1964-1985) did not promote changes only at the level of politics. That period also symbolized the opening of the Amazon to international capital and brought new structures to southeast Pará, close to the so-called Parrot's Beak, a region that came to be known as the stage for the struggle of the Araguaia Guerrilla group. In the wake of the massacre of the guerrillas there was a wave of repression against social movements that had spread across the region in the struggle for land, aggravated by the influx of rural workers from the northeast. In this article we call attention to the modifications that occurred in the economic structure of southeast Pará, which, promoted by the policies of the military government, opened up the frontier to exploitation by international capital.

**Keywords:** Amazon; capitalism; Military Dictatorship.

---

\* Doutora em Ciências Sociais pela PUC-SP, professora do Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia –PD TSA/UNIFESSPA e coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Mudança Social no Sul e Sudeste do Pará – GEP EMSSP. End. eletrônico: conborg@uol.com.br

\*\* Mestre em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará/ UNIFESSPA e membro do GEP EMSSP. End. eletrônico: joyce.olimpio@gmail.com

## Introdução

O mateiro Arlindo Piauí percebeu sua presença na área. Chamou-o pelo nome. Osvaldão abriu com as duas mãos a moita. Ao ver o rosto dele, Piauí apontou a espingarda para a barriga do guerrilheiro e atirou. Um sargento, na retaguarda, se aproximou e acabou de matá-lo. O corpo foi colocado num saco de lona verde e amarrado no esqui de um helicóptero. O aparelho estava a dez metros do chão quando a corda arrebentou, quebrando o tornozelo esquerdo do cadáver. Novamente, o corpo foi amarrado. O helicóptero sobrevoou Xambioá e os castanhais para não haver dúvidas da morte do mito (Nossa, 2012: 206).

A cena dessa tragédia é o episódio sangrento que ficou conhecido como Guerrilha do Araguaia e o cenário é a região amazônica conhecida como Bico do Papagaio, situada nas fronteiras geográficas entre os estados de Tocantins, Maranhão e o sul e sudeste do Pará, na confluência dos Rios Tocantins e Araguaia. Osvaldo Orlando da Costa, o conhecido Osvaldão foi um exímio conhecedor da área e especialmente querido pelos camponeses e agricultores da região, pela extremosa solidariedade que desenvolveu junto aos miseráveis desterrados que, na década de 1970, ficavam cada vez mais acuados pelas políticas da ditadura militar para a Amazônia.

No decorrer da década de 1970, o governo da ditadura lançou a palavra de ordem “integrar para não entregar” e se intensificou, a partir dos grandes projetos mineradores e madeireiros, além da agropecuária extensiva, a ocupação amazônica, em franca oposição aos povos originários - comunidades ribeirinhas, indígenas e camponesas. As oligarquias exportadoras da castanha no **sudeste paraense** também teriam que se conformar aos desígnios do poder central para a região. Trata-se de uma região composta por catorze municípios localizados em 54.469,20 Km<sup>2</sup> no estado do Pará e no qual o município de Marabá é importante centro administrativo, além de portar setores industriais moveleiros, alimentícios, metalúrgicos e um cinturão de assentamentos e pequenos produtores da agricultura familiar. O município mantém ainda importantes setores de serviços públicos e privados.

Durante um grande período, a região foi dinamizada por diferentes ciclos do extrativismo vegetal, especialmente o da borracha e o da castanha, esse último já se esgotando no período em que o golpe da ditadura militar confere ao Brasil novas dinâmicas de inserção na ordem econômica mundial. Com a implantação do Projeto Carajás, em 1980, o município de Marabá tornou-se rapidamente um forte polo industrial, agrícola e comercial.

Antes da guerrilha, nos finais de 1960 e meados de 1970, a região já era portadora de fortes conflitos pela posse da terra e conhecida historicamente pela constituição das oligarquias dos castanhais. Estas se constituíam por grupos

familiares que combinavam expropriação violenta com o controle político, pelo qual legalizavam a posse mediante a “compra” de títulos da dívida pública, pelo arrendamento ou aforamento dos castanhais (EMMI, 1999).

Ianni (1978: 192-193) descreve o cenário em que surge a Guerrilha nesses rincões da floresta amazônica:

As tensões e os conflitos entre posseiros e fazendeiros, de permeio com grileiros, jagunços, policiais, advogados, funcionários governamentais e outros, induziram a formação de um movimento guerrilheiro com base social nos núcleos de posseiros. [...] O que se sabe, por enquanto, é que entre 1970 e 1975 houve na região entre a cidade de Conceição do Araguaia e Marabá um movimento guerrilheiro com algum contacto com núcleos de posseiros.

Dando seguimento a projetos iniciados pelo presidente Castelo Branco, que nos anos 1965 e 1968 lançou a Operação Amazônia e a SUDAM (Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia)<sup>1</sup>, em 1980 o presidente João Batista Figueiredo criou o Projeto Carajás. Neste período e na década seguinte, acelerou-se o fluxo migratório para Marabá, que ainda comportava Parauapebas, município emancipado em maio de 1988 e onde se instalou a empresa mineradora Vale do Rio Doce, principal empreendimento minerário do Programa Grande Carajás, posteriormente privatizada. De Parauapebas, se desmembraria Canaã dos Carajás, em 1994, município onde atualmente a VALE S.A. investe pesadamente em atividades de extração de minérios como cobre, níquel e ferro.

Foi, sobretudo, a partir da ditadura militar que o Estado brasileiro criou as condições institucionais para aquela internacionalização, através do aproveitamento dos recursos naturais da Amazônia pela via dos grandes projetos, demarcando um novo momento na história da Região. As empresas transnacionais aqui instaladas, beneficiadas pelos incentivos fiscais e outros benefícios deste período de desregulamentação, privatização e flexibilização, organizam a produção de matéria-prima a baixo custo (mão de obra barata, energia subsidiada, infraestrutura oferecida pelo Estado, fiscalização ambiental incipiente e etc.), remetendo-a aos países hegemônicos, nos quais é processada e tornada mercadoria, alimentando assim, ciclo de produção e acumulação de capital (Nascimento, 2006: 14) [grifo da autora].

Ao incluir a produção madeireira, agropecuária e da mineração como setores incentiváveis, e ao reconhecer o valor das terras como recursos próprios dos que viessem a pleitear a ajuda financeira, o Estado estabeleceu íntima relação entre

---

<sup>1</sup> Cujos poderes mais significativos constituíam em distribuir incentivos fiscais e autorizar créditos para investimentos na indústria.

incentivos fiscais e grande propriedade da terra: “A concentração crescente de terras que se observou na exploração agropecuária, madeireira e mineral passou a conflitar com a procura dos pequenos produtores, principalmente imigrantes” (Marques & Marques, 2010: 04).

Isso porque as grandes extensões de terra na Amazônia e a política de colonização do Estado de “terras sem homens para homens sem terras”, articularam políticas de atração não apenas para o capital, mas também de grande contingente populacional necessário como força de trabalho para as imensas obras de infraestrutura que se implantavam na região. O governo da ditadura militar tirou bom proveito das tensões sociais que agitavam o nordeste brasileiro, causadas pelo crescimento da posse latifundiária e agravadas pela seca. Combinou as atividades econômicas na Amazônia com um projeto de colonização para o assentamento de nordestinos sem-terra e promoveu grandiosas campanhas e facilidades de transporte, atraindo trabalhadores com a promessa de planos para a reforma agrária, especialmente no eixo de construção da rodovia Transamazônica. A reforma agrária prometida nunca se concretizou, como observaram muitos estudiosos da região:

No entanto, o número de colonos assentados representou somente pequena parte dos objetivos extremamente otimistas do início. No começo, eram um milhão de famílias a serem assentadas; mais tarde, o INCRA reduziu esse número para 100 mil e, em meados dos anos 1970, somente 7% do número planejado estava assentado na Transamazônica” (Kohlhepp, 2002: 3)

O Estado da ditadura arrumou uma “boa” explicação para o fracasso e, além de amealhar um contingente populacional de força de trabalho a baixíssimo custo, encontrou sugestiva explicação para o desmatamento predatório da Amazônia. Hébette (2004a: 335) nos revela esse motivo em documento oficial extraído do II Plano de Desenvolvimento da Amazônia (abril de 1975):

Essa corrente espontânea, que, em massa, se desloca, compõe-se, como boa parte dos colonos recém-chegados aos núcleos do INCRA, de lavradores sem nenhuma dotação de capital próprio, com baixo nível de conhecimentos gerais (...) pela herança de um rudimentarismo técnico notável. Por outro lado a região não tem a oferecer-lhes, na proporção necessária, os solos férteis com que sonham. De maneira que a massa de colonos espontâneos empreende a única e perigosa atividade que sabe realizar: a destruição da mata e o esgotamento do solo pela prática de paupérrimas culturas de subsistência (...).

Estavam lançadas as bases para o discurso de inviabilidade econômica das pequenas propriedades rurais, “fadada a ser substituída pela grande e média empresa agropecuária, mais racional e mais rentável” (Hébette, 2004a: 335).

## O Programa Grande Carajás

O Programa Grande Carajás (PGC) atual é um projeto de exploração pela VALE S.A. no que é considerada a mais rica área de minérios do planeta. Ocupa cerca de 900 mil km<sup>2</sup> em plena floresta amazônica, numa área cortada pelos rios Xingu, Tocantins e Araguaia. Além da maior reserva de minério de alto teor de ferro do mundo, são explorados manganês, cobre, níquel, ouro, bauxita e cassiterita. No contexto neoliberal o Estado brasileiro, em continuidade ao proposto pelos governos militares, tem financiado empresas e infraestruturas para megaprojetos de expansão de fronteira no sudeste paraense, o que tem agravado um arcabouço imenso de conflitos já conhecidos na região, tida como campeã em violência no campo e já ganhando destaque nos índices nacionais de violência urbana. Além do mais, percebe-se o espraio de relações de trabalho deterioradas que transbordam da poderosa VALE para os demais setores produtivos na região, investidores de capital nacional e internacional atraídos pelos vários benefícios ofertados pelo governo militar e continuado nos dias atuais:

Tornou-se vantajoso para bancos, companhias de seguro, mineradoras e empresas estatais, de transportes ou de construção de estradas investir na devastação da floresta tropical para introduzir grandes projetos de criação de gado, com subsídios oficiais, realizando a exploração das terras a preços baixos. Os tradicionais fazendeiros de gado no Brasil trabalharam como subcontratados em grande escala. As fazendas de gado -a área máxima oficial era de 60 mil hectares, mas na realidade havia ainda as fazendas da Volkswagen do Brasil, com 140 mil hectares, ou a da multinacional Liquigas Group, com 566 mil hectares, e muitas outras mais- foram responsáveis pela enorme destruição das florestas tropicais, principalmente nas regiões do sudeste e do leste do estado do Pará e na parte norte do Mato Grosso (Kohlhepp, 2002: 4).

Dentre os Grandes Projetos que foram aportados para a região destacam-se o Projeto Jari, Projeto Grande Carajás, Albrás-Alunorte e Hidrelétrica de Tucuruí. Entre esses, o que mais impacta a região sudeste do Pará é o Grande Carajás, lançado pelos militares com o objetivo difusamente propagado de provocar um crescimento harmônico, gerar novos empregos e pagar os débitos da dívida externa brasileira. No entanto, o que ocorreu foi a penetração do grande capital na Amazônia, e o Estado, como aparelho estratégico, empreendeu ações para que isto ocorresse dentro da pauta de interesses das multinacionais. Hébette (2004b: 38) diz que a descoberta do minério na região de Carajás não ocorreu por acaso, e Kowarick (1995: 91) complementa: “A descoberta de Carajás se deu por empresas multinacionais que tiveram acesso ao farto material aerofotogramétrico da região e a uma série de informações de órgãos e programas do governo federal durante o regime militar. Chegaram à “mina” nada mais, nada menos, que a

Union Carbide e a United States Steel, dois dos maiores oligopólios do mundo”.

Os projetos associados ao Programa Grande Carajás, aliados às políticas de atração migratória levaram a uma situação de acirramento dos conflitos já existentes. A construção de estradas e da ferrovia da mineração Carajás, o porto de Itaquí, construído em São Luís e que liga a ferrovia que sai de Parauapebas ao transporte marítimo para exportação do ferro, a construção da usina elétrica de Tucuruí, a larga rede de sistemas de transmissão e os fundidores de ferro gusa e alumínio no corredor da ferrovia, contribuíram para a formação de novas estruturas espaciais e agravou o surto de devastações das florestas. No campo dos desafios enfrentados aos trabalhadores, as disparidades socioeconômicas tornaram-se imensas, e numerosos conflitos sociais instalaram-se na área de funcionamento do Grande Carajás. A região ainda hoje é constituída por intermitentes projetos de ampliações gigantescas dos empreendimentos industriais, na maioria pela VALE S.A.<sup>2</sup>, e pelo desrespeito aos limites das reservas indígenas, a ausência de direitos legais aos pequenos proprietários rurais, a continuada escalada da violência pelo uso da terra, à precarização do trabalho e total ausência de equipamentos sociais, seja nas áreas rurais ou nos populosos núcleos urbanos que se formaram.

### **Ações dos governos militares contra as lutas sociais**

No auge da ditadura militar, a região Amazônica, e principalmente o sudeste paraense, passou a ser palco de conflitos intensos entre trabalhadores rurais contra empresários apoiados pelo Estado para garantir a posse da terra. Cumprindo com os designios atribuídos por Karl Marx em vários escritos, a repressão violenta é o movimento máximo da ação estatal intrínseca à própria dinâmica de reprodução do capitalismo.

Uma região em que as relações sociais, os meios de transportes, a movimentação e o valor das mercadorias eram controlados pelos proprietários dos castanhais e comerciantes, sofreu significativos impactos sob a regência política do Estado. As modificações na estrutura econômica do município não interferiram apenas na dinâmica produtiva da região, mas ocasionou a movimentação e a organização dos trabalhadores que, atraídos pelos projetos de colonização do

---

<sup>8</sup> Em Canaã dos Carajás, encontra-se em fase de implantação o Projeto Ferro Carajás S11D, que prevê a extração inicial de 90 milhões de toneladas de minério de ferro por ano, o que praticamente triplica a produção atual da mina instalada em Parauapebas. Os métodos de expulsão dos moradores no entorno das obras combinam intimidação ofensiva, desativação dos equipamentos sociais, compra por valor acima do mercado de fazendas empregadoras ao redor do empreendimento e ofertas de indenizações irrisórias aos pequenos comerciantes e produtores rurais que habitam a região (Reis, 2014).

governo militar, tiveram que empreender lutas históricas na região para manter, minimamente, suas condições de sobrevivência: “Esse contexto propiciou a existência de um cenário de conflitos sociais graves, mas possibilitou o estabelecimento de relações de alteridade, em um cenário onde a posse e o controle da terra e dos recursos naturais foram alvos de interesses distintos, onde para uns, essa região era terra de trabalho e para outros, terra de negócio, acumulação e enriquecimento” (Bezerra, 2008: 26).

Para Martins (1985: 9), a luta entre as classes sociais não se resumia na disputa pela ocupação da terra. Segundo o autor, tais embates davam-se devido à distribuição desigual da propriedade fundiária garantida por um pacto constituído de relações de cooptação em vista de favorecer grandes proprietários de terras. Acrescenta que este pacto sustentava-se na instituição organizadora da política, ou seja, no Estado:

Ao lutar pela terra de que necessita para trabalhar, ao resistir contra a expropriação, a expulsão, o despejo, ao ocupar as terras ociosas das grandes propriedades ou das propriedades públicas, o trabalhador está pondo em questão o atual direito de propriedade e suas consequências sociais. Esses conflitos têm exigido uma crescente intervenção do Estado militar, que tem feito esforços desesperados para mantê-los circunscritos ao espaço coberto pelas leis existentes e pelo atual direito de propriedade. O Estado tem procurado evitar a adoção de um novo direito de propriedade que represente uma restrição ou uma revogação dos direitos verdadeiramente absolutos dos proprietários de terras neste país. É neste sentido que a luta pela terra põe também em questão esse pacto político, questiona sua legitimidade social e política. Nesse plano, ela põe em risco o regime e a atual estrutura do Estado, os compromissos e acordos que os sustentam (Martins, 1985: 10).

Martins argumenta que para garantir a dominação das classes no poder os militares empregaram táticas que atuavam em diferentes níveis. No primeiro, buscava-se desmobilizar os grupos de trabalhadores, no âmbito local, que ofereciam resistência aos interesses do capital. Outra, implicava em desmoralizar as lideranças responsáveis pelas mediações. Houve o aparecimento e a disseminação de instituições de intervenção direta dos militares nas regiões da Amazônia, onde se concentravam os projetos de exploração. Como por exemplo, o GETAT, (Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins), “que não só distribuiu títulos de ocupação de terras, mas também ofereceu suas instalações como cárcere de trabalhadores em São Geraldo do Araguaia”.

Para conter a guerrilha, um contingente imenso das Forças Armadas do Governo Federal se deslocou para a região. Era preciso que a “ordem social” fosse assegurada para garantir a entrada de investimentos necessários ao projeto de “desenvolvimento” da Amazônia. O “volume de investimentos comprometidos

do Projeto Carajás e o apelo a financiamentos estrangeiros para sua execução exigia garantias de tranquilidade pública que só o poder central podia oferecer” e, em 1970, o município de Marabá foi decretado área de Segurança Nacional (Emmi, 1999: 117). A partir de então, o poder político municipal ficou sob a determinação direta dos governantes militares até a redemocratização, ocorrida em 1985.

A violência institucional praticada pela ditadura militar deixou heranças profundas e os movimentos sociais, em correlação desigual de forças empreendidas pelo Estado capitalista democrático burguês e pelo grande capital, travam até os dias atuais, lutas sem trégua aos efeitos causados pela ausência de reforma agrária e pelos danos socioambientais provocados pelo tripé econômico dominante instalado pelo grande capital no sudeste paraense (mineração, agropecuária e agronegócio).

### **Considerações finais**

As transformações no processo de interação Amazônica e o mercado capitalista, principalmente após a década de 1950, correspondem às necessidades não apenas de uma burguesia industrial brasileira, mas aos anseios de uma burguesia industrial-financeira de atuação global. A relação entre a economia brasileira e as grandes potências -Estados Unidos, Japão, China- deve ser enxergada por meio da relação de subordinação à divisão internacional do trabalho capitalista. Tal visão permite-nos transcender a noção de que a luta de classes está fixa num determinado território, mas possui um caráter global. Ela vive e revive naquilo que tem movido historicamente a humanidade, a luta dos que produzem contra os que saqueiam.

Ao discorrer sobre a exploração capitalista na Amazônia, Hébette (2004b) diz que sua recente ocupação são transformações impostas por uma exigência, de integrar a região Norte à dinâmica econômica e política, oriunda dos polos industriais e que atendem aos objetivos do capital. Acrescenta que a importância econômica da região Norte para o Brasil teve um crescimento expressivo após a Segunda Guerra Mundial.

Hébette afirma que fora “naqueles anos que se definiram as bases do ‘modelo’ de uma industrialização brasileira atrelada às economias das grandes potências ocidentais”. Ele expõe que o interesse desta burguesia confrontava-se com duas ameaças: a primeira era o difícil acesso entre a região amazônica e o resto do país, representando um risco de total isolamento da Amazônia. A maior, porém, era o fortalecimento dos movimentos revolucionários que se estendiam sobre a América Latina, alcançando países próximos ao Brasil, como a Bolívia “e que poderia encontrar aliados nos movimentos camponeses em expansão no Nordeste” (Hébette (2004b: 31-32).



Para garantir não só a dominação como sua própria existência, a burguesia nacional teve que se apressar antes que os movimentos dos trabalhadores ganhassem maiores dimensões. Buscando fortalecer-se para impedir o movimento dos trabalhadores, a burguesia nacional, mesmo enfraquecendo-se com a internacionalização da indústria, resolveu unir-se ao grande capital para travar a mobilização dos trabalhadores. “Mais profundamente ainda, isso significava: a segurança da Nação repousa no Capital, independentemente de sua origem geográfica; e a ameaça à Nação emana da organização dos trabalhadores” (p.32). Em outras palavras, a organização e o avanço da luta contra a exploração do trabalho, bem como contra a origem das desigualdades sociais é uma ameaça aos interesses da burguesia e por isso não se limita a uma dada região, antes disso, ela tem um caráter universal.

Neste sentido, Kowarick (1995: 223) afirma que

Os militares vêm em defesa da ampliação dos diversos acordos de cunho anti-nacional -econômico, culturais e militares- realizados entre o Brasil e os Estados Unidos; e em defesa também da “estabilidade” política para as classes dominantes, preocupadas com a “agitação comunista” e com as denúncias de corrupção que tomaram conta do País. Propunham-se, demagogicamente, a acabar com a corrupção, resolver a questão da dívida externa e salvar o País do “perigo comunista”.

A atuação do Estado durante a integração econômica da Amazônia foi caracterizada pelo esforço de uma burguesia industrial interna para reprimir a mobilização política dos despossuídos. Por meio de um processo de extrema divisão social do trabalho, a economia brasileira teve um período de boom, todavia, este êxito deu-se em detrimento de algumas regiões, onde suas populações, expulsas do plano das decisões sobre os projetos econômicos designados para elas, foram transformadas em instrumentos de produção a serviço do grande capital:

Tal é, em essência, a política de fachada nacionalista que seria implantada pelo governo militar: apesar de discursar sobre o interesse nacional, possuía conteúdo profundamente entreguista; expressava socialmente a aliança de largos setores da burguesia nacional com os monopólios internacionais, para garantir a “ordem” e a expansão capitalista no Brasil (Kowarick, 1995: 26).

Hall (1991: 26) afirma que o “golpe militar de 1964 no Brasil assinalou um divisor de águas na formulação da política para a Amazônia”. As políticas de incentivos fiscais, visando atrair capitais privados, foram significativamente ampliadas em 1966, “através da Lei nº 5.174, que concedeu isenção de 50% do imposto de renda devido até 1982”. Para aqueles que investissem na Amazônia, o valor da isenção era elevado até 100%.

A abertura da Amazônia ao grande capital teve com o Estado militar apenas o impulso decisivo, cuja continuidade deu-se nos sucessivos governos democráticos que se seguiram. Karl Marx, em sua obra máxima, relata como se deu o processo de acumulação de capital a partir da espoliação dos camponeses. Reis (2014: 18), por intermédio da leitura de Harvey (2006), fornece elementos atuais para compreensão da dinâmica permanente de produção e reprodução do capital:

O autor dá uma revitalizada no conceito {espoliação} e coloca em discussão a centralidade do papel do Estado. Ele concorda com a ideia de Marx sobre acumulação primitiva, mas faz uma análise mais profunda desse fenômeno. O que para Marx seria um ponto inicial para o desenvolvimento do capitalismo, a espoliação, como particularidade da pré-história do modo de produção capitalista, para Harvey (2006) passa a ter caráter permanente e não apenas circunstanciais do modo de produção capitalista, estendendo-se violentamente para todo globo terrestre e o Estado dando-lhes toda garantia necessária.

As atividades do capitalismo predatório no sudeste paraense têm poluído rios e nascentes e, ao mesmo tempo em que expulsa levas camponesas, comunidades indígenas e ribeirinhas de suas terras, atrai trabalhadores desempregados de outras regiões, especialmente do Maranhão, contribuindo para uma acelerada e caótica urbanização. Alastram-se nos municípios, bairros imensos sem postos de saúde, sem escolas apropriadas, esgotos a céu aberto com jovens à mercê do narcotráfico e da violência. Novas dinâmicas territoriais inscrevem-se no espaço regional, uma vez que cresce o comércio e o número de empresas que se afiliam ao processo de urbanização, criando e recriando relações de trabalho inscritas numa correlação de forças favorável à acumulação e circulação do capital. Camponeses e indígenas proletarizam-se em condições de subtrabalho em quantidade cada vez maior.

Por outro lado, os movimentos sociais continuam travando lutas de vida e morte na região. O estado do Pará figura no país como campeão de morte por assassinato violento no campo onde morrem camponeses e, via de regra, os mandantes são absolvidos nos tribunais (vide Comissão Pastoral da Terra, 2013). Torna-se urgente reforçar ações concretas pela unificação das muitas lutas que percorrem o mundo em apelos por uma nova ordem mundial e retomar as interpelações teóricas colocadas a partir do materialismo dialético, sem os pudores impostos pela regressão teórica positivista. Que se faça em teoria e práxis o que Luxemburgo anunciou como palavra de ordem: Socialismo ou Bárbarie!

## Bibliografia

- BEZERRA, Rosemayre L. (2008). *Mulheres posseiras: uma história de luta silenciada. Trabalho de Conclusão de Curso*. Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia-Tocantins. Marabá: UFPA.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (2013). *Conflitos no campo – Brasil 2013*. Goiânia: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino.
- EMMI, Marília (1999). *A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanbais*. Belém: UFPA/NAEA.
- HALL, Anthony L. (1991). *Amazônia: desenvolvimento para quem? Desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás*. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar.
- HARVEY, David (2006). O Novo Imperialismo: Acumulação por Espoliação. In: *O novo desafio Imperial*, Buenos Aires: CLACSO.
- HÉBETTE, Jean (2004a). Fluxos migratórios decorrentes da política de desenvolvimento para a Amazônia. In: *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia*. Belém: EDUFPA. (vol. III, p. 331-354).
- \_\_\_\_\_ (2004b). O Grande Carajás: um novo momento da história moderna da Amazônia paraense. In: *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia*. Belém: EDUFPA. (vol. I)
- IANNI, Octavio (1978). *A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia*. Petrópolis: Vozes.
- KOHLHEPP, Gerd (2002). Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. *Estudos Avançados*. vol. 16 n°. 44: [<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142002000200004>], acessado em 27/05/2014.
- KOWARICK, Marcos (1995). *Amazônia/Carajás: Na trilha do saque*. São Luís: Anita Garibaldi.
- LUXEMBURGO, Rosa (s/d). *A crise da social-democracia* (folheto Junius). Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1915/junius/cap01.htm>, acesso em 21/06/2013.
- MARQUES, Indira R. e MARQUES, Gilberto. *Políticas públicas e conflitos fundiários no estado do Pará*. Trabalho apresentado ao VIII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural, Porto de Galinhas – PE, 2010. Disponível em: <http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/09/GT25-Gilberto-Marques.pdf>, acesso em 21/04/2012.
- MARTINS, José de Souza (1985). *A militarização da questão agrária no Brasil (Terra e poder: o problema da terra na crise política)*. 2 ed. Petrópolis:Vozes.

- NASCIMENTO, Nadia do S. N. (2006). *A Amazônia e desenvolvimento capitalista: Elementos para uma compreensão da “questão social” na região*. Tese de doutorado apresentada ao programa de Pós-graduação da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- NOSSA, Leonencio (2012). *Mata! O major Curió e as guerrilhas no Araguaia*. São Paulo: Companhia das Letras.
- REIS, Iara F. (2014). *O avanço da mineração na Amazônia e a resistência dos moradores da Vila Racha Placa no Município de Canaã dos Carajás: uma análise a luz do processo de acumulação do capital*. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia-Tocantins, Marabá: UNIFESSPA.